



AZ@BXL

Número: 337

Data: 2024.11.22

No título: [Grande Rota 01 - Etapa 2: Fajã dos Vimes – Fajã dos Cubres, Parque Natural de São Jorge](#)

Nota: *A [série](#) atual percorre os trilhos pedestres dos Açores (61). Esta quinquagésima edição aventura-se pelo trilho da “[Grande Rota 01 - Etapa 2: Fajã dos Vimes – Fajã dos Cubres](#)”, na ilha de São Jorge.*

Esta grande rota percorre, sensivelmente, metade da ilha, num percurso linear que liga a freguesia do Topo à Fajã dos Cubres, na costa norte, com uma extensão total de 39,2 quilómetros, atravessando a Área de Paisagem Protegida das Fajãs do Norte.

Este é um percurso que alterna entre o planalto da parte mais interior da ilha, onde nasceram os cones vulcânicos que geraram a ilha, com as vertentes escarpadas e muito altas que se despenham em pequenas áreas aplanadas ao nível do mar, resultando nas paisagens emblemáticas das Fajãs de São Jorge.

Este grande trilho apresenta-se dividido em duas etapas, de aproximadamente 25 quilómetros e 15 quilómetros, respetivamente. Deve planear o percurso, de acordo com a sua condição física, interesse e disponibilidade.

A Etapa 2 tem 15 quilómetros de extensão e liga a Fajã dos Vimes (costa Sul) e a Fajã dos Cubres (costa Norte).

*Inicie a etapa num caminho de terra ascendente para a Serra do Topo, passando pelo cruzamento para a Fragueira. Opte pela direita até chegar à estrada alcatroada, permaneça à direita e transponha uma nascente conhecida por Fonte de Água Azeda. Poucos metros à frente, opte por um caminho à esquerda subindo a falésia por uma escadaria em pedra, geralmente sombreada por uma mata de incenso (*Pittosporum undulatum*).*

*Ao chegar a uma cancela, vire à esquerda e entre num caminho de terra ladeado de hortênsias (*Hydrangea macrophylla*) que termina na estrada regional, junto ao Parque Eólico do Pico da Urze. Prossiga até encontrar a indicação para a Fajã de Santo Cristo e siga por um caminho de terra descendente para a Caldeira de Cima. Atravesse a Ponte da Tia Júlia seguindo cuidadosamente (piso escorregadio) por um desvio à direita para a Cascata Pequena.*

Prossiga até à fajã, passando por um miradouro, pelo Santuário do Senhor Santo Cristo e pelo Centro de Interpretação Ambiental. Neste local, pode visitar a Lagoa da Caldeira de Santo Cristo, zona classificada como Área de Paisagem Protegida das Fajãs do Norte, geossítio e local de interesse natural, cultural e paisagístico.

Continue junto à costa, passando pela Fajã do Belo, habitada até ao terramoto de 1980. A partir deste ponto, já é possível visualizar ao fundo a Fajã dos Cubres, local onde termina a etapa, junto à Igreja de Nossa Senhora de Lourdes.

Créditos: [Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas](#)

DESTAQUES



[Eleição da Comissão 2024-2029](#)

[A frota de pesca da UE regista uma melhoria da rendibilidade, mas subsistem desafios estruturais](#)

[Declaração dos líderes do G20 no Rio de Janeiro](#)

[Quase 5 mil milhões de euros ao abrigo do Erasmus+ para apoiar a aprendizagem no estrangeiro e a cooperação nos domínios da educação, da formação, da juventude e do desporto em 2025](#)

[Relatório de 2024 sobre o mercado do carbono: um mercado estável e em bom funcionamento, conduzindo as emissões das instalações elétricas e industriais a uma redução histórica de 16,5 %](#)

[Relatório da Comissão e da OCDE revela a necessidade de continuar a promover o envelhecimento saudável, combatendo simultaneamente a escassez de mão de obra no setor da saúde](#)



Até 25 de novembro



[Garantir que as políticas da UE pós-2027 são \(realmente\) inteligentes e sustentáveis](#)

O Fórum Europeu de Inovação Local está a organizar uma reunião em linha em 25 de novembro para debater o contributo das políticas da UE para as práticas de sustentabilidade e o desenvolvimento local inteligente, tendo em vista as novas orientações políticas da UE para 2024-2029 para o novo mandato da UE. Isto faz parte do trabalho realizado pela [Comunidade Temática de Desenvolvimento Territorial](#).

O webinar tem como objetivos: explorar a coerência da incorporação do desenvolvimento inteligente nas políticas da UE para as zonas rurais; avaliar a integração das práticas de sustentabilidade nas políticas da UE; e, ponderar as implicações para o panorama político e financeiro da UE pós-2027.

Descubra mais informações sobre este webinar [aqui](#) bem como a [agenda provisória](#) e a ligação para poder efetuar o seu [registo](#) para participação.



[Join the Follower Islands Programme](#)

O secretariado «Energia limpa para as ilhas da UE» anuncia uma nova oportunidade para as ilhas: o programa «Ilhas Seguidoras». Este convite convida as ilhas a candidatarem-se e a participarem na ambiciosa iniciativa «30 para 2030», a fim de acelerarem os seus planos de descarbonização e aprenderem com as 30 ilhas pioneiras.

Os candidatos podem selecionar os principais tópicos de aprendizagem para atividades de capacitação, apresentar seus planos de energia e visões para avaliação e melhoria de especialistas e escolher um projeto para orientação entre pares de ilhas experientes que lideram o caminho em energia limpa. Embora as candidaturas individuais das autoridades insulares locais sejam bem-vindas, o secretariado incentiva a apresentação de candidaturas que envolvam várias partes interessadas.

Encontre todas as informações relevantes na página [Web específica da iniciativa](#) e nas [orientações](#) destinadas aos candidatos.

Os candidatos podem submeter as suas candidaturas completas para info@euislands.eu até 25 de novembro de 2024, às 23h59 CET.

25 a 28 de novembro



Sessão Plenária do Parlamento Europeu

A última [sessão plenária](#) do Parlamento Europeu do mês de novembro, irá decorrer em Estrasburgo, entre os dias 25 e 28 de novembro, tendo na sua [agenda](#), entre outros pontos, a votação relativa à eleição da próxima Comissão Europeia 2024-2029 e a votação do Orçamento anual da UE para 2025.

Pode consultar [aqui](#) em detalhe todos os destaques desta sessão plenária.

Até 26 de novembro



Acordo União Europeia/Canadá: seminário online de avaliação do Acordo Económico e Comercial Global (CETA)

A Comissão Europeia está a [promover](#) uma [auscultação sobre a aplicação provisória do Acordo Económico e Comercial Global \(CETA, na sigla em inglês\) entre a União Europeia e o Canadá](#) e o seu impacto a nível económico, social, ambiental e de direitos humanos.

O objetivo é reunir contributos das partes interessadas e da sociedade civil dos Estados-Membros da UE e do Canadá sobre a forma como o CETA afetou as suas comunidades e empresas. As negociações e a ratificação do acordo foram palco de debates com as partes interessadas, e entre estas, sobre os possíveis benefícios do CETA e as suas preocupações. Após sete anos de aplicação provisória do Acordo, afigura-se oportuno promover uma troca de pontos de vista sobre o CETA e o seu impacto a nível económico, social, ambiental e em matéria de direitos humanos.

Esta avaliação está a ser conduzida através de seminários online organizados em toda a União Europeia. Em Portugal, com o apoio da Representação da Comissão Europeia em Portugal, serão organizados dois seminários *online*: **1) O primeiro seminário terá lugar em 26 de novembro de 2024**, das 8h00 às 9h30. **Abordará o impacto do CETA em Portugal** e destina-se a todas as partes interessadas (incluindo PME). Se pretender participar neste seminário, [inscreva-se aqui](#); e, o **2) O segundo seminário terá lugar em 3 de dezembro**, das 14h00 às 15h30. Centrar-se-á no impacto do CETA nas PME na UE e no Canadá e destina-se a todas as PME, **tendo especial interesse para as PME portuguesas**. Se pretender participar neste seminário, [inscreva-se aqui](#)

Ambos os seminários decorrerão na plataforma Zoom, sendo a ligação para o seminário enviada para o correio eletrónico indicado na sua inscrição. Chama-se a atenção para o facto de cada seminário ter uma ligação específica e de a mesma ser personalizada, não podendo ser partilhada. As inscrições terminam 24 horas antes do início de cada seminário.

Este processo está a ser conduzido pela consultora neerlandesa Trade Impact. Para mais informações sobre o projeto: www.ceta-evaluation.eu.



Conferência sobre carreiras de investigação 2024

Os investigadores desempenham um papel fundamental na garantia de uma União Europeia próspera e competitiva. Sem a empregabilidade dos investigadores, a atratividade das carreiras de investigação na Europa poderia ser seriamente comprometida.

Os esforços da Comissão Europeia no âmbito do novo Espaço Europeu da Investigação são determinantes para tornar as carreiras de investigação verdadeiramente atrativas e gratificantes, sem ter de renunciar à estabilidade.

Participe na [Conferência sobre Carreiras de Investigação 2024](#) para descobrir de que forma a Comissão Europeia, juntamente com os Estados-Membros e as partes interessadas, está a trabalhar no sentido de garantir condições de trabalho mais sustentáveis (remuneração estável e regimes de pensões), ambientes de trabalho mais saudáveis, oportunidades para desenvolver novas competências e circular sem descontinuidades entre setores, incentivos e recompensas, e está a modernizar a gestão da investigação.



Consulta pública: Arquitetura de segurança energética — balanço de qualidade

A UE dispõe de uma arquitetura de segurança energética abrangente, dividida por setores (por exemplo, eletricidade, gás, petróleo). Durante a crise energética causada pela invasão da Ucrânia pela Rússia, foram identificadas lacunas no quadro jurídico da UE. Além disso, a transição em curso para as energias limpas está a alterar o panorama energético. O presente balanço de qualidade visa, por conseguinte, avaliar o desempenho da arquitetura de segurança energética da UE e verificar se continua a ser adequada à sua finalidade.

Pode [participar](#) na presente consulta pública respondendo ao questionário em linha, decorrendo o período de consulta até ao dia 26 novembro 2024 (24 horas - hora de Bruxelas).

Até 27 de novembro



Apresentação de candidaturas às redes de doutoramento MSCA

As [redes de doutoramento MSCA](#) executam programas de recrutamento e formação de doutorandos no meio académico e noutros setores, incluindo a indústria, as empresas e as administrações públicas. O regime inclui o desenvolvimento de diplomas conjuntos, incluindo um eventual [diploma europeu](#). **O convite à apresentação de propostas, com um orçamento de 608,6 milhões de euros, será aberto a 29 de maio e encerrado a 27 de novembro.**

29 de novembro



Webinar Monitorização dos impactos do calor sobre a saúde na Europa

Com as alterações climáticas, as temperaturas elevadas afetam cada vez mais a nossa saúde e bem-estar. Por iniciativa do Observatório Europeu do Clima e da Saúde, o novo briefing da Agência Europeia do Ambiente intitulado «Monitoring heat impacts on health in Europe» (Monitorização do impacto do calor na saúde na Europa) explora em que medida as mortes e doenças relacionadas com o calor são monitorizadas e abordadas através de planos de ação para a saúde contra o calor nos países europeus.

Este webinar, organizado conjuntamente pela Comissão Europeia e pela Agência Europeia do Ambiente, irá fornecer-lhe as principais conclusões do briefing e informações pelo painel de especialistas participante sobre ciência, políticas e respostas práticas. Terá ainda a oportunidade de discutir formas de minimizar as ameaças à saúde relacionadas com o calor através de uma melhor vigilância e ações no sector da saúde e noutros domínios políticos.

Poderá inscrever-se [aqui](#).

Até 30 de novembro



Candidaturas ao Comité Científico, Técnico e Económico das Pescas

A Comissão [lançou](#) um convite à apresentação de candidaturas para a seleção de membros do [Comité Científico, Técnico e Económico das Pescas](#) (CCTEP).

Os membros do CCTEP apoiam a Comissão Europeia, emitindo pareceres científicos antes da preparação de propostas legislativas no domínio das pescas, da aquicultura e questões conexas, e acompanhando a evolução da política comum das pescas (PCP).

As candidaturas devem ser enviadas para MARE-STEFC-APPLICATIONS-2024@ec.europa.eu até 30 de novembro de 2024.

5 de dezembro



Audição saudável para um envelhecimento saudável – Responder aos desafios da perda auditiva na UE

A perda de audição afeta 34,4 milhões de pessoas na Europa, com graves implicações para o envelhecimento da população. Muitas vezes oculta e negligenciada, conduz a desafios sociais, económicos e de saúde significativos, incluindo impactos na qualidade de vida, declínio cognitivo, saúde mental, isolamento social e participação na força de trabalho.

Neste webinar, será apresentado o Manifesto Político sobre Saúde Auditiva e serão delineadas políticas concretas e recomendações para melhorar os cuidados auditivos em toda a UE. A sessão centrar-se-á nas principais medidas e estratégias para integrar a saúde auditiva nos planos nacionais, avançar na investigação e colocar os cuidados auditivos mais importante na agenda política da UE para assegurar a igualdade de acesso ao rastreio e ao tratamento.

Inscreva-se neste [webinar](#) seguindo este [link](#).

9 de dezembro



Workshop online “Islands – testbeds for innovation?”

Junte-se à [Plataforma de Aprendizagem de Políticas Interreg Europe](#) durante um workshop em linha no dia 9 de dezembro, das 13h00 às 15h45 (hora da Europa Central), centrado nas *ilhas como bancos de ensaio para a inovação*.

Na sequência da publicação sobre “[Ilhas: bancos de ensaio de inovação?](#)” este seminário em linha explorará a forma como os decisores políticos de diferentes ilhas europeias, incluindo as regiões ultraperiféricas, enfrentam os desafios da promoção da inovação e do empreendedorismo.

Uma vez que muitas ilhas enfrentam desafios semelhantes no que se refere às políticas de desenvolvimento regional no seu contexto geográfico específico, este workshop em linha visa também debater as suas necessidades específicas. Desde estratégias de inovação a práticas de empreendedorismo, o workshop irá também mostrar práticas da comunidade Interreg Europe.

Pode efetuar o seu registo [aqui](#).

10 de dezembro



Dia de Informação sobre Leilões do Fundo de Inovação 2024

A Agência de Execução Europeia do Clima, das Infraestruturas e do Ambiente (CINEA) e a Direção-Geral da Ação Climática (DG CLIMA) da Comissão Europeia organizam uma jornada de informação para apresentar as principais características e os critérios de adjudicação do próximo leilão do Fundo de Inovação de 2024 (Leilão IF24), bem como um exercício de «ensinamentos retirados» do leilão IF23 para apresentar as melhores práticas.

O leilão IF24 abrirá em 3 de dezembro e atribuirá 1,2 mil milhões de euros aos produtores de hidrogénio classificados como combustível renovável de origem não biológica (RFNBO) localizados no Espaço Económico Europeu (EEE). O leilão é realizado pelo Fundo de [Inovação](#) e é um elemento fundamental do Banco [Europeu do Hidrogénio](#).

Durante o evento, os participantes terão a oportunidade de fazer perguntas via Slido usando #IF24Auction. Apresentações e gravações serão disponibilizadas posteriormente [aqui](#).

A jornada de informação, irá decorrer na terça-feira, 10 de dezembro de 2024, das 9.30 às 13.00 (hora da Europa Central), e as [inscrições](#) terminam no domingo, 8 de dezembro de 2024, às 18:00 (hora da Europa Central).

10 a 12 de dezembro



EU Agri-Food Days

A segunda edição das Jornadas Agroalimentares da UE terá lugar de 10 a 12 de dezembro de 2024, em Bruxelas. Este evento anual reúne partes interessadas de toda a UE para debater as mais recentes tendências agrícolas, opções políticas e desenvolvimentos do mercado, bem como a forma como a investigação, a inovação e as tecnologias digitais estão a moldar a agricultura europeia de hoje e de amanhã. O evento imperdível de três dias oferece uma plataforma única para o diálogo entre as partes interessadas do sistema agroalimentar da UE, a sociedade civil, o meio académico e os decisores políticos.

Mais informação sobre este evento [aqui](#). **Já abram as inscrições.**

13 de dezembro



Política comercial da UE: Aplicação e execução: Apresentação do relatório anual

O objetivo desta reunião é fornecer informações sobre o 4.º relatório anual consolidado sobre a aplicação e execução da política comercial da UE.

Informe-se sobre o 4.º relatório anual consolidado sobre a aplicação e execução da política comercial da UE: Denis Redonnet, alto responsável pela execução da política comercial, orientá-lo-á nas principais atividades realizadas em 2023 e nos primeiros meses de 2024, a fim de apresentar uma panorâmica das realizações concretas e dos desafios encontrados na promoção de acordos comerciais, na prevenção ou eliminação dos obstáculos ao acesso ao mercado e das infrações aos compromissos em matéria de comércio e desenvolvimento sustentável. O relatório fornecerá igualmente exemplos de atividades da Comissão que ajudam as pequenas e médias empresas a navegar no comércio internacional, nomeadamente através de ferramentas informáticas como a Access2Markets.

O relatório será acompanhado de um documento de trabalho dos serviços da Comissão, que fornecerá informações atualizadas sobre a aplicação de 39 acordos comerciais importantes, bem como uma lista de novos obstáculos comunicados e resolvidos em 2023. Tanto o relatório como o documento de trabalho dos serviços da Comissão serão publicados no sítio Web da Comissão. Receberá as ligações necessárias assim que os documentos estiverem disponíveis. Os participantes inscritos serão informados da publicação.

As [inscrições](#) terminam na segunda, 9 de dezembro às 12:00.

19 e 20 de dezembro



Reunião do Conselho Europeu

A última reunião deste ano do Conselho Europeu, que marca a estreia de António Costa como novo Presidente do Conselho Europeu irá decorrer nos dias 19 e 20 de dezembro próximo, podendo encontrar em breve [aqui](#) todas as informações disponíveis respeitantes a essa reunião.

Até 21 de janeiro



Convites à apresentação de propostas de 2024 no âmbito do MIE-Transportes

Os [convites](#) à apresentação de propostas do Mecanismo Interligar a Europa (MIE) -Transportes de 2024 disponibilizam 2,5 mil milhões de euros para construir e modernizar as infraestruturas europeias de transportes. Apoiam a visão da Comissão Europeia de um futuro sistema de transportes sustentável, com soluções inteligentes e resilientes aplicadas para interligar a Europa.

Os projetos financiados no âmbito destes convites ajudarão a tornar a rede transeuropeia de transportes (RTE-T) mais sustentável, inteligente e resiliente e contribuirão para o objetivo da UE de alcançar a neutralidade climática até 2050.

Os convites abrangem as redes principal, principal alargada e global da RTE-T nos seguintes domínios: ferrovias; vias navegáveis interiores; portos marítimos e interiores; segurança rodoviária; terminais multimodais de mercadorias; plataformas multimodais de passageiros; aplicações inteligentes e interoperáveis para os transportes; mobilidade segura e protegida; e, resiliência das infraestruturas.

Os candidatos interessados devem contactar os pontos de contacto [nacionais](#) para o MIE-Transportes (declaração [de](#) confidencialidade), a fim de obter o seu acordo prévio para as suas propostas, **que terão de ser apresentadas até ao dia 21 de janeiro de 2025, às 17h00 (hora da Europa Central)**.

28 e 29 de janeiro



Conferência de 2025 sobre Indicações Geográficas

A Conferência sobre Indicações Geográficas (IG) intitulada «Salvaguardar o nosso património, cultivar o nosso futuro» é um **evento híbrido que decorre presencialmente e em linha** na sede do EUIPO em Alicante, Espanha. A conferência visa abordar os mais recentes desenvolvimentos, desafios e oportunidades no domínio das indicações geográficas para produtos artesanais, industriais e agrícolas.

Pode consultar [aqui](#) o programa e efetuar o [registo](#) na Conferência.

Até 5 de fevereiro



MSCA lança convite à apresentação de propostas no valor de 99,5 milhões de euros para intercâmbio de pessoal

A [ação de intercâmbio de pessoal](#) oferece uma oportunidade única para promover a transferência de conhecimentos e a inovação através de colaborações internacionais no domínio da investigação.

O convite à apresentação de propostas para intercâmbios de pessoal no âmbito das Ações Marie Skłodowska-Curie 2024 já está aberto, terminando o prazo para a apresentação de propostas em **5 de fevereiro de 2025**.

A Comissão Europeia afetará 99,5 milhões de **euros** ao financiamento de cerca de **90 projetos** que promovem a cooperação entre organizações na UE e em todo o mundo no domínio da investigação e inovação.

Até 18 de fevereiro

FEAMPA: Projetos emblemáticos regionais de apoio à economia azul sustentável nas bacias marítimas da UE – especialização inteligente, bem como agricultura oceânica regenerativa e inovação no domínio das algas

A Comissão Europeia lançou um novo convite à apresentação de propostas financiado ao abrigo do Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos, das Pescas e da Aquicultura (FEAMPA).

Com 5,7 milhões de euros, o convite à apresentação de propostas visa financiar projetos emblemáticos regionais de apoio à economia azul sustentável nas bacias marítimas da UE para a especialização inteligente, bem como a agricultura oceânica regenerativa e a inovação no domínio das algas.

O convite à apresentação de propostas abrange dois temas que visam apoiar o desenvolvimento de uma economia azul sustentável na UE: **Cooperação marítima regional que promove a especialização inteligente e a inovação na economia azul sustentável** (tema 1) e **Demonstrar a viabilidade e os benefícios ambientais da agricultura oceânica regenerativa e impulsionar a inovação no domínio das algas** (tema 2).

Âmbito geográfico das atividades: As bacias do mar Negro, do mar Báltico, do mar do Norte, do Atlântico e do mar Mediterrâneo, bem como as **zonas marinhas das regiões ultraperiféricas da UE**.

Os candidatos podem apresentar as suas propostas até às 17h00 (hora da Europa Central) de **18 de fevereiro de 2025**.

A CINEA organiza uma jornada de informação em linha no dia **15 de outubro, das 14h30m às 16h45m (CEST)**. Os oradores da CINEA e da DG MARE apresentarão o convite à apresentação de propostas e o processo de candidatura, incluindo sugestões e truques sobre como redigir uma proposta bem-sucedida.

Pode encontrar mais informação [aqui](#).

19 e 20 de fevereiro



Sessão Plenária do Comité das Regiões Europeu

A 164.ª Sessão Plenária do Comité das Regiões Europeu está agendada para os dias 19 e 20 de fevereiro de 2025 e deverá marcar a estreia numa Sessão Plenária dos novos membros do CdR cujo mandato se inicia a 26 de janeiro de 2025 e termina a 25 de janeiro de 2030.

Pode encontrar [aqui](#) a informação sobre o calendário para 2025 das reuniões do Comité das Regiões Europeu.

3 a 7 de março

European Ocean Days 2025

A 2.ª edição dos Dias Europeus dos Oceanos, “Dias Europeus dos Oceanos 2025”, terá lugar em Bruxelas, de 3 a 7 de março de 2025, evento organizada pela primeira vez em 2024.

Tal como na edição anterior, será uma semana de eventos relacionados com temas marinhos e marítimos europeus e abrangerá, em dias separados ao longo da semana, a missão da UE Oceano e Águas, ciência das pescas, inovação azul e oportunidades de investimento, atividades de literacia oceânica e muitos outros temas.

Mais detalhes em breve [aqui](#).

ACONTECEU

Conselho (Agricultura e Pescas), 18 novembro 2024 – Principais resultados

Durante a reunião, o Conselho (Agricultura e Pescas) deu as boas-vindas ao Ministro ucraniano da Política Agrária e da Alimentação, Vitalii Koval, que apresentou informações sobre a situação do setor agrícola na Ucrânia aos seus homólogos europeus. No debate interno da UE que se seguiu, o Conselho fez o ponto da situação dos mercados da UE para os produtos agroalimentares.

Pode encontrar mais informação [aqui](#).

Legislação fitossanitária: Conselho adota regras melhoradas de proteção contra as pragas vegetais

O Conselho [adotou](#) uma revisão específica da legislação fitossanitária da UE que melhora a forma como a UE combate as pragas vegetais, garante a segurança dos vegetais que entram na UE e simplifica os procedimentos.

Esta revisão melhora o quadro existente e protege a saúde das plantas com mais eficácia através, entre outras coisas, da criação de uma **equipa de emergência fitossanitária da União**. Esta equipa será composta por peritos especializados em fitossanidade, que poderão prestar assistência em caso de novos surtos de pragas na UE. Pode igualmente prestar assistência de emergência e disponibilizar conhecimentos especializados aos países terceiros vizinhos em caso de surtos, a fim de impedir a entrada de pragas vegetais nocivas na UE.

Além disso, o [regulamento](#) assim revisto reduz os encargos administrativos para as autoridades competentes, aumentando a duração dos seus **programas plurianuais de prospeção**. Estes passarão agora a abranger um período de cinco a dez anos, em vez dos atuais cinco a sete anos. A fim de assegurar a deteção de pragas em tempo útil, estes programas são revistos e atualizados sempre que é necessário, a fim de reagir eficazmente à situação fitossanitária.

O aumento da **digitalização** virá também reduzir a burocracia tanto para os operadores como para as autoridades nacionais.

75 campanhas financiadas pela UE para destacar o melhor dos produtos agrícolas da UE

Descubra as [campanhas bem-sucedidas selecionadas](#) no âmbito da oportunidade de financiamento da promoção dos produtos agrícolas de 2024.

A Comissão Europeia disponibiliza financiamento para iniciativas que promovam os produtos agrícolas da UE, tanto na UE como a nível mundial, em consonância com a política de promoção [da UE](#). As campanhas de promoção recentemente selecionadas receberão 142,6 milhões de euros de financiamento da UE até ao final de 2024.

O convite à apresentação de propostas de [financiamento deste ano](#) atraiu 162 propostas de campanha, abrangendo uma série de temas, incluindo produtos biológicos, produtos frescos e sistemas de certificação da qualidade da UE.

Na sequência de avaliações de peritos independentes, a Comissão Europeia decidiu cofinanciar 75 campanhas, das quais: **58** são os chamados programas «SIMPLE» executados por uma ou mais organizações do mesmo país da UE, e **17** são os chamados programas «MULTI» executados por, pelo menos, duas organizações nacionais de, pelo menos, dois Estados-Membros, ou por uma ou mais organizações europeias.

As propostas selecionadas destinam-se a reforçar a competitividade do setor agroalimentar da UE, em consonância com o Pacto Ecológico [Europeu](#) e a [Estratégia do Prado ao Prato](#). Além disso, as campanhas serão executadas em conformidade com o plano de ação [da UE para a produção biológica](#) e a iniciativa [de](#) cidadania «Fim da era da gaiola», assegurando o cumprimento de normas rigorosas de [segurança e qualidade](#).

O cofinanciamento da UE ascenderá a 94 milhões de euros para as campanhas [SIMPLES](#). Mais de metade das campanhas centrar-se-ão em países terceiros, como a China, o Japão e o Canadá. O financiamento de programas SIMPLES é executado pelos Estados-Membros em regime de gestão partilhada.

Os programas MULTI serão cofinanciados com 48,6 milhões de euros. Os candidatos selecionados provêm de 13 Estados-Membros. As candidaturas aceites centrar-se-ão tanto no mercado interno como no mercado externo da UE. 59 % do orçamento será dedicado a países da UE que incluem a Alemanha, a França e a Espanha. O financiamento dos programas MULTI é executado pela Agência de Execução Europeia da Investigação (REA) em nome da Comissão Europeia.



Ambiente

2023 é um dos cinco piores anos de incêndios florestais na Europa, revela relatório da Comissão

No ano passado, a Europa, o Oriente Médio e a África sofreram alguns dos piores incêndios florestais desde 2000. De acordo com o [relatório de 2023 sobre os incêndios florestais](#), publicado pelo Centro Comum de Investigação da Comissão, os incêndios florestais afetaram mais de 500 000 hectares de terras naturais, cerca de metade da dimensão da ilha de Chipre.

Nos últimos anos, os incêndios florestais catastróficos têm sido comuns na União Europeia e nos países vizinhos, e 2023 não foi exceção. Os «mega incêndios» e os incêndios florestais desafiaram os meios tradicionais de combate a incêndios, incluindo um incêndio

perto da cidade de Alexandroupolis, na região grega da Macedónia Oriental e da Trácia. Este foi o maior incêndio florestal registado na UE desde que o [Sistema Europeu de Informação sobre Incêndios Florestais \(EFFIS\)](#) começou a rastreá-los em 2000.

Os incêndios florestais sem precedentes que assolaram a Europa nos últimos quatro anos mostram que os efeitos inegáveis das alterações climáticas nos incêndios florestais são cada vez mais frequentes e intensos. Tal foi sublinhado pela primeira [avaliação europeia dos riscos climáticos](#) (EUCRA) e pela [Comunicação da Comissão sobre a gestão dos riscos climáticos na Europa](#), publicada este ano.

As alterações climáticas não só aumentam a dimensão das zonas afetadas pelos incêndios florestais, como também tornam os incêndios individuais mais intensos, prolongando a época de incêndios para além do período estival tradicional e provocando incêndios em zonas que não eram habitualmente afetadas por esses incêndios.

A alta frequência e intensidade dos incêndios florestais durante períodos prolongados de incêndios representam um novo desafio para os serviços de combate a incêndios em toda a Europa e no mundo, à medida que o combate aéreo a incêndios se torna mais árduo e as operações terrestres se tornam mais difíceis ou mesmo impossíveis.

Mais informação [aqui](#).

Conselho dá luz verde a regime de certificação da União relativo às remoções permanentes de carbono, à carbonicultura e ao armazenamento de carbono em produtos

O Conselho deu luz verde definitiva ao regulamento que estabelece o primeiro regime de certificação a nível da UE relativo às remoções permanentes de carbono, à carbonicultura e ao armazenamento de carbono em produtos. Este regime voluntário facilitará e incentivará atividades de remoção de carbono e redução das emissões dos solos de elevada qualidade na UE, como complemento das reduções continuadas das emissões.

O regulamento constituirá o primeiro passo para introduzir na legislação da UE um regime de certificação abrangente para as remoções de carbono e as reduções das emissões dos solos. Ajudará a UE a alcançar o seu objetivo de neutralidade climática até 2050.

O regulamento será agora publicado no Jornal Oficial da UE e entrará em vigor 20 dias após a publicação. Tornar-se-á então diretamente aplicável em todos os Estados-Membros da UE.

Pode encontrar mais informações [aqui](#).

Relatório de 2024 sobre o mercado do carbono: um mercado estável e em bom funcionamento, conduzindo as emissões das instalações elétricas e industriais a uma redução histórica de 16,5 %

A Comissão Europeia adotou o relatório sobre o mercado do carbono, que analisa e apresenta o funcionamento do Sistema de Comércio de Licenças de Emissão da UE (CELE) em 2023 e no primeiro semestre de 2024.

Em 2023, o CELE **foi marcado por uma redução histórica de 16,5 % das emissões provenientes de instalações fixas impulsionadas pelo setor da energia**. A produção de eletricidade a partir de fontes renováveis aumentou substancialmente (principalmente eólica e solar), tendo sido retomada a tendência de substituição do carvão pelo gás na produção de eletricidade. Com esta evolução, as emissões das instalações abrangidas pelo CELE são cerca de **47,6 % inferiores aos níveis de 2005 e estão no bom caminho para alcançar a meta de -62 % para 2030**. Por outro lado, em 2023, as emissões da aviação intraeuropeia aumentaram cerca de 10 % em relação aos níveis de 2022, refletindo o aumento dos níveis de atividade do setor.

Pode encontrar [aqui](#) informação adicional, bem como aceder ao [Relatório](#).



Coesão e solidariedade interna da UE

Comité das Regiões Europeu opõe-se a qualquer centralização da política de coesão

A União Europeia necessita de uma política de coesão forte, flexível e reformada, acessível a todos os territórios e centrada nas regiões e cidades, a fim de impulsionar a competitividade da UE e, simultaneamente, reduzir as desigualdades regionais. Este é o apelo urgente dos líderes regionais e locais que, na reunião plenária do Comité das Regiões Europeu (CR) de 20 e 21 de novembro, adotaram um pacote de pareceres sobre a política de coesão para o período pós-2027.

Ao adotar um parecer do presidente do CR, Vasco Alves Cordeiro, e de Emil Boc (PPE, Roménia), presidente da Comissão de Política de Coesão Territorial e Orçamento (COTER) da UE, o CR «opõe-se a qualquer medida de centralização direta ou indireta no âmbito da política de coesão» e está pronto a explorar todos os meios jurídicos (Protocolo n.º 2 relativo à aplicação dos princípios da subsidiariedade e da proporcionalidade e artigo 263.º da União Europeia). tratados) para "bloquear qualquer tentativa nesse sentido". Apela à criação de mais salvaguardas jurídicas no quadro pós-2027, a fim de assegurar uma maior descentralização e uma ampla participação dos órgãos de poder local e regional nos processos de tomada de decisão.

Mais informação [aqui](#).

Fundo de Solidariedade da União Europeia: Conselho decide conceder 116 milhões de euros em ajuda de resposta a catástrofes à Alemanha e à Itália

O Conselho [acordou](#) em mobilizar o Fundo de Solidariedade da União Europeia para prestar assistência à Alemanha e à Itália relativamente a catástrofes naturais ocorridas em 2024. A assistência provirá do orçamento da UE para 2024.

É concedido à Alemanha o montante de 112,071 milhões de euros relativamente às inundações que ocorreram no sul do país em maio e junho de 2024.

É concedido à Itália o montante de 3,959 milhões de euros em relação às inundações ocorridas na Região Autónoma do Vale de Aosta em 29 de junho de 2024.

Na prática, após a entrada em vigor da decisão, a UE transferirá verbas da reserva para a solidariedade europeia inscritas no seu orçamento para 2024 para a rubrica orçamental operacional do Fundo de Solidariedade da UE, de onde poderão ser pagas aos países que tenham solicitado assistência financeira depois de serem atingidos por catástrofes naturais.

A UE continua a ser um líder mundial em matéria de financiamento sustentável

Mais de três anos após a primeira transação das obrigações verdes NextGenerationEU (NGEU), a UE emitiu mais de 65 mil milhões de euros de obrigações verdes NGEU, colocando a UE no caminho certo para se tornar o maior emitente de obrigações verdes do mundo.

Em linha com o anúncio da Presidente von der Leyen no seu discurso sobre o Estado da União de 2020, a Comissão Europeia continuará a trabalhar no sentido de emitir 30% do financiamento NextGenerationEU através de obrigações verdes. Espera-se que as NGEU Green Bonds viabilizem 264,6 mil milhões de EUR de investimentos verdes nos nove setores definidos no Quadro de Obrigações Verdes NGEU, incluindo transportes limpos, energia limpa e eficiência energética, confirmando o papel de liderança da UE no financiamento sustentável.

Mais informação [aqui](#).



Comissão encerra investigação antitrust sobre as regras da Apple aplicáveis aos criadores de aplicações de livros eletrónicos/audiolivros

Em [16 de junho de 2020](#), a Comissão deu início a uma investigação antitrust sobre i) as regras da Apple que impõem a utilização obrigatória do seu próprio sistema de compra nas aplicações («PAI»); e ii) as restrições impostas pela Apple à capacidade de os criadores concorrentes de aplicações de livros eletrónicos/audiolivros informarem os utilizadores de iPhone e iPad sobre possibilidades de compra alternativas mais baratas disponíveis fora da App Store («direção») ([AT.40652](#)). No mesmo dia, abriu duas outras investigações antitrust relativas a termos semelhantes da Apple App Store em relação ao streaming de música ([AT.40437](#)) e outras aplicações concorrentes com aplicações ou serviços oferecidos pela Apple ([AT.40716](#)).

Em [4 de março de 2024](#), a Comissão aplicou coimas à Apple por abuso de posição dominante no mercado da distribuição de aplicações de streaming de música no processo AT.40437. Em [24 de junho de 2024](#), na sequência da [designação da Apple como guardiã](#) em relação à sua App Store ao abrigo da Lei dos Mercados Digitais (DMA), a Comissão decidiu encerrar a sua investigação antitrust com um âmbito mais alargado no processo AT.40716. De acordo com o DMA, a Apple não deve obrigar os desenvolvedores de aplicativos a usar o seu IAP e deve abster-se de impor restrições monetárias e não monetárias à direção.

Na sequência da retirada da denúncia apresentada contra a Apple por um distribuidor de livros eletrónicos e audiolivros, a Comissão decidiu encerrar a sua investigação antitrust relativa especificamente às aplicações de livros eletrónicos/audiolivros (AT.40652).

O encerramento de um inquérito não é uma constatação de que o comportamento em questão está em conformidade com as regras de concorrência da UE. A Comissão continuará a acompanhar as práticas comerciais no setor tecnológico europeu, incluindo as da Apple, tanto ao abrigo da DMA como das regras da concorrência.

Estarão disponíveis mais informações sobre a investigação no [sítio Web da Comissão dedicado à concorrência](#), no [registo público de processos](#) com o número [AT.40652](#).



UE nomeia João Cravinho novo representante especial para o Sael

O Conselho [nomeou](#) João Cravinho representante especial da UE (REUE) para o Sael. O novo REUE contribuirá ativamente para os esforços regionais e internacionais no sentido de alcançar a paz, a segurança, a estabilidade e o desenvolvimento sustentável na região, que inclui o Burquina Faso, o Chade, o Mali, a Mauritânia e o Níger.

O REUE colaborará igualmente com os países da bacia do Lago Chade e outros países e entidades regionais ou internacionais dentro e fora da região, incluindo o Magrebe e o Golfo da Guiné e os países vizinhos afetados pela dinâmica do Sael.

Em consonância com os debates realizados no Conselho Europeu de 26-27 de outubro, nos Conselhos dos Negócios Estrangeiros de 21 de novembro de 2023 (Desenvolvimento), 11 de dezembro de 2023 e 19 de fevereiro de 2024, e com base nos objetivos da Estratégia integrada da UE para o Sael, o REUE assistirá o Alto Representante na definição de uma abordagem renovada para a região.

Cravinho entrará em funções em 1 de dezembro de 2024, com um mandato inicial de 21 meses, sucedendo a Emanuela Claudia Del Re, cujo mandato teve início em junho de 2021.

UE alarga medidas restritivas tendo em conta o apoio do Irão à guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia e inclui na lista uma pessoa e quatro entidades

O Conselho [decidiu](#) alargar o âmbito de aplicação do quadro de medidas restritivas da UE tendo em conta o apoio militar do Irão à guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia e a grupos armados e outras entidades no Médio Oriente e na região do Mar Vermelho. Esta medida adicional visa o recurso a navios e portos para a transferência de veículos aéreos não tripulados (UAV), mísseis e tecnologias conexas e seus componentes, de fabrico iraniano.

A decisão introduz a proibição da exportação, transferência, fornecimento ou venda, a partir da UE para o Irão, de componentes utilizados no desenvolvimento e produção de mísseis e UAV.

A UE introduz também uma proibição de transações, que proíbe qualquer transação com portos e eclusas que sejam propriedade, operados ou controlados por pessoas e entidades incluídas na lista, ou que sejam utilizados para a transferência para a Rússia de UAV ou mísseis iranianos ou de tecnologia conexas e respetivos componentes. Tal inclui o acesso a instalações dos portos e eclusas, como Amirabad e Anzali, e a prestação de quaisquer serviços aos navios. Essa proibição não se aplica aos navios que necessitem de assistência por razões de segurança marítima, para fins humanitários ou relacionada com acontecimentos suscetíveis de ter um impacto grave na saúde e segurança humanas ou no ambiente.

Além disso, o Conselho adotou medidas restritivas contra uma pessoa e quatro entidades na sequência da transferência de mísseis e drones do Irão para a Rússia em apoio à guerra de agressão desta última contra a Ucrânia.

Essas designações incluem a Islamic Republic of Iran Shipping Lines (IRISL) e o seu diretor Mohammad Reza Khiabani. A IRISL é a transportadora marítima nacional do Irão e há anos que os seus navios são utilizados no transporte de drones em nome da Marinha do Corpo de Guardas da Revolução Islâmica do Irão, que figura na lista da UE.

O Conselho inclui igualmente na lista três companhias de transporte marítimo russas – MG Flot, VTS Broker e Arapax – cujos navios são utilizados no transporte de armas e munições de fabrico iraniano, incluindo componentes de UAV, através do Mar Cáspio, para reabastecer as tropas russas que combatem na Ucrânia.

Mecanismo Europeu de Apoio à Paz: Conselho complementa o apoio ao destacamento das Forças de Defesa do Ruanda para combater o terrorismo em Cabo Delgado

O Conselho [adotou](#) um complemento no valor de 20 milhões de euros a uma medida de assistência existente ao abrigo do Mecanismo Europeu de Apoio à Paz a fim de continuar a apoiar o destacamento das Forças de Defesa do Ruanda para combater o terrorismo em Cabo Delgado, uma província de Moçambique.

Este apoio permitirá a aquisição de equipamento pessoal e cobrirá os custos relacionados com o transporte aéreo estratégico necessário para apoiar a projeção ruandesa em Cabo Delgado.

Esta projeção teve início em julho de 2021, a pedido das autoridades moçambicanas, para apoiar a luta contra o terrorismo em Cabo Delgado.

O apoio adicional agora adotado complementa ainda mais a medida de assistência paralela no valor de 89 milhões de euros para as Forças Armadas moçambicanas previamente treinadas pela Missão de Formação da UE (EUTM) Moçambique.



Diplomacia e Solidariedade Externa da UE

1000 dias de guerra na Ucrânia. Parlamento promove sessão especial com presidente Zelensky

O presidente ucraniano, Volodymyr Zelensky, dirigiu-se aos eurodeputados, a partir da Ucrânia, na terça-feira, às 11h, durante uma sessão plenária extraordinária (encontra [aqui](#) a nota de imprensa do Parlamento Europeu relativa a esta sessão plenária extraordinária).

A presidente do Parlamento Europeu, Roberta Metsola, fez uma declaração no início da sessão extraordinária, no hemiciclo, seguindo-se o presidente da Ucrânia, através de ligação vídeo, em direto da Ucrânia. Os líderes dos grupos políticos também intervieram nesta sessão especial que visou assinalar os 1000 dias da invasão da Ucrânia.

Desde que a Rússia lançou uma operação de grande escala na Ucrânia, a 24 de fevereiro de 2022, a União Europeia e o Parlamento Europeu têm manifestado o seu apoio firme a Kiev, através da condenação da agressão russa, da imposição de sanções e intensificação da ajuda política, humanitária, militar e financeira.

O Parlamento Europeu tem apoiado os esforços da Ucrânia para aderir à União Europeia e apelado repetidamente aos Estados-membros para que iniciem as negociações de adesão. Além disso, os eurodeputados defendem que a Rússia deve compensar financeiramente a Ucrânia pela destruição provocada pela invasão militar e que a UE deve utilizar os bens do Estado russo confiscados para facilitar este processo.

Pode encontrar ainda [aqui](#) a Declaração da Presidente da Comissão Von der Leyen sobre os 1 000 dias de resiliência ucraniana, via mensagem de vídeo.

Lista (não exaustiva) das [resoluções sobre a Ucrânia adotadas pelo Parlamento Europeu](#) desde 2021.

Declaração dos líderes do G20 no Rio de Janeiro

Os líderes do G20 reuniram-se no Rio de Janeiro, em 18 e 19 de novembro de 2024, para abordar os principais desafios e crises mundiais e promover um crescimento forte, sustentável, equilibrado e inclusivo. Na cidade que é o berço da Agenda de Desenvolvimento Sustentável, os líderes reafirmaram seu compromisso com a construção de um mundo justo e um planeta sustentável, priorizando o combate às desigualdades em todas as suas dimensões, sem deixar ninguém para trás.

Pode consultar [aqui](#) a versão integral da Declaração dos líderes emitida pela presidência brasileira do G20.

UE desembolsa terceira parcela do pacote de emergência para a Autoridade Palestina, na sequência de um acordo sobre um programa global de reformas

A União Europeia concedeu em 18 de novembro, um novo apoio financeiro de emergência a curto prazo à Autoridade Palestina (AP). Ascende a um total de 110 milhões de euros em subvenções através do mecanismo PEGASE para pagar salários e pensões dos funcionários públicos na Cisjordânia e assegurar a prestação de serviços essenciais.

A assistência da UE ajuda a dar resposta às necessidades financeiras mais prementes da Autoridade Palestina e apoia o seu programa de reformas substancial e credível.

O apoio financeiro de emergência a curto prazo segue-se à assinatura de uma carta de intenções pela Comissão Europeia e pela Autoridade Palestina, em 19 de julho, que define uma estratégia para fazer face à situação orçamental e orçamental crítica da Autoridade Palestina.

Este último pagamento segue-se a um acordo com a Autoridade Palestina sobre um programa global de reformas que servirá de base a um Programa Global da UE para a Recuperação e a Resiliência da Palestina. O programa plurianual que abrange o período até ao final de 2026 está atualmente a ser desenvolvido e será proposto em breve pela Comissão. Dependerá da implementação da agenda de reformas pela Autoridade Palestina.

A União Europeia é o maior doador de ajuda externa aos palestinianos, ascendendo, a título indicativo, a 1,36 mil milhões de euros para 2021-2024, dos quais mais de 1,03 mil milhões de euros já foram adotados.

O primeiro pagamento do pacote de emergência, no valor de 150 milhões de euros, foi desembolsado em 31 de julho, enquanto um segundo pagamento de 122,5 milhões de euros foi desembolsado no início de setembro, com base nos progressos realizados nas ações anteriores, conforme estabelecido no anexo à carta de intenções.



Economia, Comércio e Concorrência

Conselho preconiza o encerramento da plataforma de RLL e a sua substituição por uma ferramenta melhor

O Conselho [adotou](#) um regulamento que visa encerrar a plataforma de resolução de litígios em linha (plataforma de RLL) e retirar as obrigações conexas impostas às administrações e às empresas em linha. Em conformidade com a proposta da Comissão, o Conselho considera que o nível de desempenho da atual plataforma de RLL não justifica os custos – públicos e privados – necessários para a manter.

Depois de o Conselho adotar a sua posição em primeira leitura, o texto terá de ser submetido a nova votação, em segunda leitura, no plenário do Parlamento. Se for aprovado sem alterações, o ato legislativo será adotado.

Depois de assinado pela presidente do Parlamento Europeu e pelo presidente do Conselho, o regulamento será publicado no *Jornal Oficial da União Europeia* e entrará em vigor 20 dias após a sua publicação.

Produtos feitos com trabalho forçado: Conselho adota proibição

O Conselho [adotou](#) um regulamento que proíbe no mercado da União os produtos feitos com trabalho forçado. O texto proíbe a colocação e a disponibilização no mercado da União, ou a exportação a partir do mercado da União, de qualquer produto feito com trabalho forçado. Este é o último passo do processo de decisão.

O regulamento cria o quadro necessário que serve de base para as ações judiciais contra os produtos no mercado interno feitos com trabalho forçado. A Comissão criará uma base de dados de zonas e produtos com risco de trabalho forçado, que visa apoiar o trabalho das autoridades competentes na avaliação de eventuais violações do regulamento. Com base numa avaliação dos eventuais riscos, a

Comissão (no caso do recurso ao trabalho forçado fora da UE) ou as autoridades dos Estados-Membros (no caso do recurso ao trabalho forçado no seu território) podem dar início a uma investigação.

As autoridades dos Estados-Membros devem partilhar informações com os outros Estados-Membros se suspeitarem da ocorrência de violações do regulamento noutras partes da União Europeia, ou partilhar informações com a Comissão, caso suspeitem do recurso ao trabalho forçado num país terceiro. A decisão final (ou seja, de proibir, retirar e descartar um produto feito com trabalho forçado) será tomada pela autoridade que conduziu a investigação. A decisão tomada por uma autoridade nacional será aplicável em todos os outros Estados-Membros com base no princípio do reconhecimento mútuo.

Na sequência da aprovação pelo Conselho, o ato legislativo foi adotado e depois de assinado pela presidente do Parlamento Europeu e pelo presidente do Conselho, o regulamento será publicado no *Jornal Oficial da União Europeia* e entrará em vigor no dia seguinte ao da sua publicação. Será aplicável três anos após a data de entrada em vigor.

União dos Mercados de Capitais: Conselho adota regras renovadas para os serviços de compensação da UE

O Conselho [adotou](#) novas regras sobre serviços de compensação com vista à revisão do regulamento e da diretiva relativos à infraestrutura do mercado europeu (EMIR). As novas regras visam **tornar o panorama de compensação da UE mais atrativo e resiliente**, apoiar a autonomia estratégica aberta da UE e preservar a estabilidade financeira da UE.

O Regulamento relativo à Infraestrutura do Mercado Europeu (EMIR) estabelece regras em matéria de derivados do mercado de balcão (OTC), contrapartes centrais (CCP) e repositórios de transações.

As novas regras vêm melhorar os serviços de compensação da UE, **simplificando e encurtando os procedimentos, aumentando a coerência** entre as regras e **reforçando a supervisão das CCP**. Em especial, as novas regras contribuirão para reduzir a dependência excessiva de CCP sistémicas em países terceiros, exigindo que todos os participantes no mercado relevantes detenham contas ativas em CCP da UE e compensem uma parte representativa de determinados contratos de derivados sistémicos no mercado único.

O Regulamento e a Diretiva EMIR revistos serão agora publicados no Jornal Oficial da UE antes da sua entrada em vigor 20 dias depois.

Notação ambiental, social e de governação (ASG): Conselho dá luz verde ao novo regulamento

O Conselho [adotou](#) um novo regulamento relativo às atividades de notação ambiental, social e de governação (ASG). As novas regras visam tornar as atividades de notação na UE mais coerentes, transparentes e comparáveis, a fim de reforçar a confiança dos investidores em produtos financeiros sustentáveis.

As notações ASG fornecem um parecer sobre o perfil de sustentabilidade de uma empresa ou de um instrumento financeiro, avaliando o seu impacto na sociedade e no ambiente e a sua exposição aos riscos associados a questões de sustentabilidade.

As notações ASG têm um impacto cada vez mais importante no funcionamento dos mercados de capitais e na confiança dos investidores em produtos de investimento sustentáveis.

As novas regras visam reforçar a fiabilidade e a comparabilidade das notações ASG aumentando a transparência e a integridade das operações dos prestadores de serviços de notação ASG e prevenindo potenciais conflitos de interesse.

Em particular, os prestadores de serviços de notação ASG estabelecidos na União terão de ser autorizados e supervisionados pela Autoridade Europeia dos Valores Mobiliários e dos Mercados (ESMA) e terão de cumprir os requisitos de transparência, em especial no que diz respeito à sua metodologia e fontes de informação. Os prestadores de serviços de notação ASG estabelecidos fora da UE que pretendam operar na UE terão de obter a validação das suas notações ASG por um prestador de serviços de notação ASG autorizado a nível da UE, obter um reconhecimento baseado num critério quantitativo ou ser incluídos no registo da UE de prestadores de serviços de notações ASG com base numa decisão de equivalência.

O regulamento introduz, como princípio, uma separação de negócios e atividades, a fim de evitar conflitos de interesses.

O regulamento será agora publicado no Jornal Oficial da UE e entrará em vigor 20 dias depois. O regulamento será aplicável 18 meses após a sua entrada em vigor.



Quase 5 mil milhões de euros ao abrigo do Erasmus+ para apoiar a aprendizagem no estrangeiro e a cooperação nos domínios da educação, da formação, da juventude e do desporto em 2025

Em 2025, o programa Erasmus+ da UE [apoiará](#) intercâmbios de aprendizagem no estrangeiro e parcerias de cooperação nos domínios da educação, da formação, da juventude e do desporto, com cerca de 5 mil milhões de euros. Representando um aumento de 6,5 % no financiamento em comparação com o ano passado, a Comissão publicou o [convite à apresentação de propostas Erasmus+ 2025](#).

Com mais de 16 milhões de participantes desde o seu lançamento em 1987, o Erasmus+ continua a crescer em termos de procura. Também continua a expandir-se em termos de acesso e inclusão para indivíduos com menos oportunidades. Esta tónica está em

consonância com a recomendação do Conselho recentemente adotada sobre a «Europa [em Movimento](#)», que estabelece metas ambiciosas para aumentar a mobilidade e a participação, especialmente para os grupos sub-representados.

Além disso, o Erasmus+ continua a apoiar uma série de modelos de cooperação. O Erasmus+ continuará também a desempenhar um papel fundamental na promoção do [plano de ação para um diploma europeu](#), apoiando o reconhecimento automático das qualificações de aprendizagem além-fronteiras e reforçando a cooperação entre as instituições de ensino superior. Através do seu apoio aos intercâmbios de aprendizagem e à colaboração, o Erasmus+ está a preparar o caminho para um sistema de ensino europeu mais integrado.

O programa Erasmus+ continuará empenhado em apoiar o sistema educativo da Ucrânia, bem como os aprendentes e educadores na Ucrânia ou que tenham fugido para a UE. Em 2023, o Erasmus+ financiou igualmente a impressão e a entrega de [500 000 manuais escolares de língua ucraniana](#). Este ano, [mais um milhão de livros de arte e informática](#) foram fornecidos a escolas na Ucrânia. Está previsto um terceiro lote para o ano letivo de 2025-2026.

Em consonância com os domínios prioritários delineados no programa Erasmus+ para 2021-2027, o convite continuará a apoiar uma vasta gama de projetos centrados na promoção da inclusão social, nas transições ecológica e digital e na participação dos jovens na vida democrática.



Emprego e Demografia

Em 2022, os acidentes de trabalho custaram a vida a 3 286 pessoas na UE

Em [2022, registaram-se quase 2,97 milhões de](#) acidentes de trabalho não mortais [na UE](#), o que representa um aumento de 3 % em relação aos 2,88 milhões registados em 2021 (+87 139 acidentes não mortais). Este aumento deve-se provavelmente ao relançamento económico em 2022 que se seguiu ao abrandamento geral relacionado com a pandemia de COVID-19.

Em 2022, 3 286 acidentes relacionados com o trabalho foram [mortais](#), representando 0,1 % de todos os acidentes. Foram 61 mortes a menos do que em 2021 e 122 a menos do que em 2013.

Estas [informações](#) provêm da recolha de dados das Estatísticas [Europeias de Acidentes de Trabalho \(ESAW\)](#), publicada pelo Eurostat. Este artigo apresenta um punhado de conclusões de um artigo mais pormenorizado sobre acidentes de trabalho intitulado [Statistics Explained](#).



Energia

Comissão Europeia e África do Sul lançam a campanha «Desenvolver as energias renováveis em África» (Scaling up Renewables in Africa)

No Rio de Janeiro, na véspera da Cimeira do G20, a presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, e o presidente sul-africano Cyril Ramaphosa [lançaram](#) a campanha mundial [«Desenvolver as energias renováveis em África»](#) durante a Global Citizen NOW.

A COP28 estabeleceu o objetivo ambicioso de triplicar as energias renováveis e duplicar a eficiência energética em todo o mundo. Para alcançar estes objetivos, serão necessários investimentos substanciais a nível mundial. A campanha destina-se a mobilizar investimentos em energias renováveis em África com o intuito de explorar o seu enorme potencial.

A fim de manter a dinâmica de um modo mais amplo em relação a estes objetivos, a presidente von der Leyen convidará os dirigentes do G20 e outros líderes a unirem forças num novo Fórum Mundial para a Transição Energética. Pretende-se com esta iniciativa reunir governos, organizações internacionais e intervenientes financeiros, o que permitirá duplicar a sua aplicação.

A campanha é coordenada com a organização internacional de defesa dos cidadãos Global Citizen e contará com o apoio estratégico da Agência Internacional da Energia.

A campanha «Desenvolver as energias renováveis em África» procurará incentivar novos compromissos em matéria de políticas e financiamento por parte de governos, de instituições financeiras, do setor privado e de filantropos. A campanha chegará ao fim por altura da cimeira do G20 na África do Sul, em novembro de 2025.

Comunicado de imprensa conjunto da Comissão, da Espanha, da Lituânia e da Áustria sobre o regime «Auctions-as-a-Service» do Banco Europeu do Hidrogénio, que aumenta o financiamento para investimentos limpos

A Comissão Europeia, a Espanha, a Lituânia e a Áustria anunciam um novo apoio financeiro para o desenvolvimento do hidrogénio renovável através do [Fundo de Inovação](#). Os três Estados-Membros participarão no regime «Leilões [como serviço](#)» no âmbito do segundo leilão do [Banco Europeu do Hidrogénio](#), que será lançado em 3 de dezembro. Para além dos 1,2 mil milhões de euros de financiamento da UE provenientes do Fundo de Inovação, os três Estados-Membros da UE mobilizarão mais de 700 milhões de euros

em fundos nacionais para apoiar projetos de produção de hidrogénio renovável localizados nos seus países. O financiamento total mobilizado pelo leilão de hidrogénio renovável «IF24» será, por conseguinte, de cerca de 2 mil milhões de euros.

Mais informação [aqui](#).

2024 Clean Hydrogen Partnership Awards: As estrelas são feitas de hidrogénio

A 7.ª edição dos Clean Hydrogen Partnership Awards, apresentados em Bruxelas em 20 de novembro de 2024, celebrou os mais recentes avanços nas tecnologias europeias de hidrogénio limpo e, pela primeira vez, o papel de liderança das mulheres no setor.

Os prémios foram atribuídos durante a Semana Europeia do Hidrogénio anual e reconheceram realizações em cinco categorias: Melhor História de Sucesso, Melhor Inovação, Melhor Divulgação e Vales Europeus do Hidrogénio. O Women in Hydrogen Innovation Award foi introduzido este ano, para incentivar a participação de mais mulheres engenheiras e cientistas no desenvolvimento de tecnologias limpas de hidrogénio.

Pode encontrar [aqui](#) mais informação sobre as categorias dos prémios atribuídos e sobre os galardoados.



Espaço

ESA autoriza cofinanciamento de 44,22 milhões de euros a empresas de lançamento espacial

A Agência Espacial Europeia (ESA) anunciou, que está a alargar o seu compromisso com a próxima geração de serviços de lançamento comercial europeus através do seu programa 'Boost!', adjudicando extensões de contrato a quatro empresas para a implantação dos seus serviços de lançamento: Hyimpulse, Isar Aerospace, Orbex e Rocket Factory Augsburg. Explicando que os meses que antecedem um voo inaugural podem ser financeiramente críticos para as empresas, a ESA anunciou que comprometeu um total de 44,22 milhões de euros em cofinanciamento, reforçando o seu papel na capacitação destas empresas de lançamento espacial à medida que passam do desenvolvimento técnico para o arranque de serviços operacionais, disse a Agência em [comunicado](#).



Estado de Direito, Democracia e Cidadania

Ciberespaço: Conselho aprova declaração relativa a um entendimento comum sobre a aplicação do direito internacional ao ciberespaço

O Conselho aprovou uma declaração da UE e dos seus Estados -Membros sobre um entendimento comum sobre a aplicação do direito internacional ao ciberespaço. A declaração assinala que o direito internacional continua a ser adequado à sua finalidade neste domínio digital e reitera que os Estados devem cumprir certas regras e obrigações quando realizam atividades no ciberespaço.

A declaração reconhece que o comportamento malicioso no ciberespaço, incluindo o ransomware, está a aumentar em escala, gravidade, sofisticação e impacto, representando um grande desafio e uma ameaça para o funcionamento das sociedades, economias e modo de vida europeus. No entanto, o ciberespaço não é um domínio sem lei.

O respeito e a adesão ao quadro das Nações Unidas de comportamento responsável dos Estados no ciberespaço continuam a ser essenciais para manter a paz, a segurança e a estabilidade internacionais. Por conseguinte, a UE e os seus Estados -Membros reafirmam o seu total empenhamento na implementação do quadro das Nações Unidas de comportamento responsável dos Estados no ciberespaço, adotado por consenso e reiterado em várias ocasiões pela Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU), que afirma, nomeadamente, que o direito internacional, nomeadamente a Carta das Nações Unidas, o direito internacional em matéria de direitos humanos e o direito internacional humanitário, aplica-se plenamente ao ciberespaço.

A UE e os seus Estados-Membros continuarão a trabalhar com os parceiros internacionais para estabelecer um mecanismo único da ONU, permanente, inclusivo, regular e orientado para a ação, a fim de implementar e promover um comportamento responsável dos Estados no ciberespaço: o Programa de Ação.

Pode encontrar mais informação [aqui](#), bem como aceder à [Declaração](#).



Habitação

A produção no setor da construção diminuiu 0,1 % tanto na área do euro como na EU

Em agosto de 2024, a produção no setor da construção manteve-se estável na área **do euro** e cresceu 0,2 % na **UE**.

Em setembro de 2024, em comparação com agosto de 2024, a produção corrigida de sazonalidade no setor da construção diminuiu 0,1 % tanto na área do euro como na **EU**

Aumento de 1,4% para a engenharia civil, área **do euro** em setembro de 2024, em comparação com agosto de 2024, produção na construção

Mais informação [aqui](#).



Igualdade de género, LGBTQI, Inclusão social e Migrações

Comissão adota orientações sobre vida autónoma para pessoas com deficiência

A Comissão [adotou](#) orientações para promover o direito das pessoas com deficiência a viverem de forma independente e a serem incluídas na comunidade.

As [orientações](#) fornecem recomendações práticas aos Estados-Membros sobre a utilização do financiamento da UE para acelerar a transição dos cuidados institucionais para os serviços de proximidade e para uma vida autónoma para as pessoas com deficiência. O objetivo é tornar realidade uma vida independente para as pessoas com deficiência, capacitando-as para escolher como, onde e com quem vivem, e proporcionando-lhes acesso a uma série de serviços de apoio comunitário, bem como igualdade de acesso aos serviços.

69 270 pedidos de asilo em agosto de 2024

Em agosto de 2024, 69 270 requerentes de asilo pela primeira vez (cidadãos de países terceiros) apresentaram pedidos de proteção internacional nos países da UE, o que representa uma queda de quase um quarto (24,8 %) em comparação com agosto de 2023 (92 055).

Houve também 6 285 requerentes subsequentes, o que representa um aumento de 4,6 % em relação a agosto de 2023 (6 010).

Estas informações provêm dos dados mensais sobre asilo publicados pelo Eurostat. O artigo apresenta um punhado de conclusões do artigo mais pormenorizado Statistics Explained sobre estatísticas mensais em matéria de asilo.

Em agosto de 2024, os sírios continuaram a ser o maior grupo de requerentes de asilo (13 340 requerentes pela primeira vez), seguidos dos afegãos (5 605) e dos venezuelanos (4 690).

A Alemanha (18 425), a Espanha (10 580), a França (10 035) e a Itália (9 620) continuaram a receber o maior número de requerentes de asilo pela primeira vez, representando 70 % de todos os requerentes pela primeira vez na UE.

A taxa total de requerentes de asilo pela primeira vez na UE em agosto de 2024 foi de 15,4 por cem mil pessoas. Em comparação com a população de cada país da UE (em 1 de janeiro de 2024), as taxas mais elevadas de requerentes pela primeira vez registaram-se na Grécia (59,9), à frente da Irlanda (31,5).

Um total de 2 980 menores não acompanhados apresentaram pela primeira vez um pedido de asilo na UE, sendo a maioria proveniente da Síria (1 090), do Afeganistão (360), do Egito (275) e da Somália (225).

O país da UE que recebeu o maior número de pedidos de asilo de menores não acompanhados foi a Alemanha (715), seguida da Bulgária (480), dos Países Baixos (440), da Grécia (365) e da Bélgica (230).

Pobreza subjetiva mais elevada entre as pessoas com níveis de instrução mais baixos

Em [2023](#), quase um terço (28,8 %) da [população da UE](#) com um baixo nível de escolaridade (Classificação [Internacional Tipo da Educação](#) (CITE), níveis 0-2) foi considerado subjetivamente pobre, contra 29,5 % em 2022. A taxa foi mais de três vezes inferior, situando-se em 9,4 % (9,2 % em 2022), entre as pessoas com um nível elevado de habilitações (níveis 5-8 da CITE), enquanto a percentagem de pessoas com um nível médio de habilitações (níveis 3 e 4 da CITE) foi de 18,5 % (18,0 % em 2022).

No total, 26 países da UE comunicaram taxas mais elevadas entre as pessoas com baixos níveis de escolaridade que foram consideradas subjetivamente pobres, em comparação com as pessoas com níveis de escolaridade médios e elevados. A Finlândia foi a exceção, com uma taxa ligeiramente mais elevada entre as pessoas com um nível de educação médio (8,6 %).

Entre os países da UE, com 81,8 %, a Grécia tinha a percentagem mais elevada de pessoas com um baixo nível de escolaridade que eram consideradas subjetivamente pobres. Seguiu-se a Bulgária (60,5 %) e a Eslováquia (58,4 %). Os números mais baixos registaram-se na Finlândia (7,9 %), nos Países Baixos (11,7 %) e no Luxemburgo (12,3 %).

A maioria dos países da UE comunicou diferenças significativas entre os grupos da população com níveis elevados e baixos de instrução. A diferença foi de, pelo menos, 20 pontos [percentuais](#) (pp) em 11 países. As diferenças mais notáveis registaram-se na Bulgária (43,9 p.p.), na Eslováquia (43,2 p.p.) e na Hungria (37,8 p.p.), com as mais baixas na Finlândia (3,3 p.p.), nos Países Baixos (7,3 p.p.) e na Suécia (7,7 p.p.).



Instituições & União Europeia

Eleição da Comissão 2024-2029

Após um debate com a presidente eleita da Comissão, sobre a sua equipa e o seu programa, os eurodeputados votarão quarta-feira, dia 27 de novembro, a aprovação do novo Colégio de Comissários.

As comissões do Parlamento organizaram [audições públicas individuais para cada comissário indigitado](#) entre 4 e 12 de novembro. Os eurodeputados avaliaram a sua aptidão para se tornarem comissários, bem como a capacidade para desempenharem as funções relacionadas com as respetivas pastas.

Assim que a Conferência dos Presidentes do Parlamento (composta pela presidente Roberta Metsola e pelos líderes dos grupos políticos) fizerem a avaliação final e declararem concluído o processo, o Parlamento votará a lista completa de candidatos.

A votação nominal está agendada para quarta-feira ao meio-dia. Para ser confirmado, o Colégio de Comissários precisa da maioria dos votos expressos ([artigo 129.º, n.º 7, do Regimento do Parlamento Europeu](#)).

Antes da votação, os eurodeputados vão debater em plenário com a presidente eleita da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, sobre a sua [equipa e programa](#). Qualquer grupo político ou pelo menos um vigésimo dos eurodeputados ([limiar baixo](#)) pode apresentar uma proposta de resolução.

Uma vez eleita pelo Parlamento e após a sua nomeação formal pelo Conselho Europeu por maioria qualificada, a nova Comissão Europeia deverá assumir funções em 1 de dezembro de 2024.

Pode encontrar [aqui](#) mais informação.

Orçamento anual da UE para 2025: prosseguir as nossas prioridades políticas e fazer face às crises

A Comissão congratula-se com o acordo alcançado entre o Parlamento Europeu e o Conselho Europeu sobre o orçamento anual da UE para 2025. Este orçamento permitirá à UE honrar os seus compromissos políticos, começando pelas alterações acordadas na revisão intercalar do Quadro Financeiro Plurianual (QFP). **O orçamento anual da UE para 2025 ascenderá a 199,4 mil milhões de euros.**

O orçamento anual da UE para 2025 proporcionará os meios financeiros para reforçar as prioridades políticas da UE e fazer face a crises urgentes a nível interno – começando por facilitar o apoio às recentes inundações que afetam vários Estados-Membros – e não só. Continuará a financiar programas emblemáticos como o Horizonte Europa e o Erasmus+.

Tal vem juntar-se à revisão dos limites máximos do QFP acordada no início deste ano, pela primeira vez. O QFP revisto prevê um apoio forte e previsível à Ucrânia, um financiamento reforçado para apoiar a competitividade europeia através da Plataforma de Tecnologias Estratégicas para a Europa (STEP), fazer face às consequências da crise no Médio Oriente e às pressões migratórias.

O orçamento anual para 2025 deverá agora ser formalmente adotado pelo Conselho da União Europeia e pelo Parlamento Europeu. A votação em sessão plenária, que marcará o final do processo, está atualmente prevista para 27 de novembro de 2024.

Pode encontrar mais informações [aqui](#), assim como as reações do [Parlamento Europeu](#) e do [Conselho Europeu](#) ao acordo alcançado.

Estados-Membros criticam acordo com base na futura cooperação entre o Parlamento Europeu e a Comissão Europeia

Os embaixadores dos Estados-Membros da UE aprovaram uma [carta do embaixador húngaro](#), cujo país detém a Presidência do Conselho da UE, expressando as preocupações do Conselho sobre a proposta de revisão do Acordo-Quadro de 2010 entre a Comissão Europeia e o Parlamento Europeu.

"O nosso principal objetivo é assegurar o equilíbrio institucional, respeitar os papéis definidos pelo Tratado e preservar as prerrogativas de decisão do Conselho", declarou a Presidência húngara.

Na carta dirigida aos Presidentes da Comissão e do PE, o Conselho opõe-se a qualquer disposição, no contexto de uma eventual revisão do acordo-quadro, que tenha por efeito perturbar o equilíbrio institucional previsto pelos Tratados e seja contrária aos procedimentos neles contidos. "Os tratados definem exaustivamente os respetivos poderes conferidos às instituições, que não podem ser modificados ou completados pelas próprias instituições, quer unilateralmente, quer por acordo entre elas", acrescenta o documento.

Os embaixadores questionam o princípio da "igualdade de tratamento" entre o Conselho e o PE, que não consta dos Tratados, o compromisso da Comissão de apresentar ao PE uma justificação pormenorizada e completa para cada proposta baseada no artigo 122.º do TFUE, a melhoria do fluxo de informação sobre os acordos internacionais, o compromisso de reforçar a cooperação institucional em matéria orçamental ou o direito de iniciativa do PE.



Conselho (Agricultura e Pescas), 18 novembro 2024 – Principais resultados

O Conselho procedeu a uma primeira troca de opiniões sobre duas propostas da Comissão relativas às possibilidades de pesca, nomeadamente uma relativa às possibilidades de pesca no Atlântico e no mar do Norte até 2025 e, no caso de algumas unidades populacionais, também até 2026, e outra relativa às possibilidades de pesca para 2025 no Mediterrâneo e no mar Negro. Este debate

lançará as bases para a reunião do Conselho (Agricultura e Pescas) de dezembro, na qual se espera que os ministros cheguem a um acordo político sobre as duas propostas relativas às pescas.

Pode encontrar mais informação [aqui](#).

A frota de pesca da UE regista uma melhoria da rendibilidade, mas subsistem desafios estruturais

A Comissão [publicou](#) o seu relatório económico anual [de 2024 sobre a frota de pesca da União Europeia](#), que revela uma melhoria substancial do desempenho económico da frota, tendo os lucros brutos aumentado de 2022 e 2023 para 1 673 milhões de euros previstos para 2024.

A melhoria é atribuída a vários fatores, incluindo: progressos na consecução de unidades populacionais sustentáveis; ; preços médios de primeira venda mais elevados para várias espécies-chave; redução da capacidade de pesca; uma diminuição dos preços dos combustíveis; e, uma diminuição do consumo de combustível.

A melhoria da sustentabilidade das unidades populacionais de peixes da UE, impulsionada pelas medidas da UE destinadas a reduzir o esforço de pesca nos últimos anos, revelou-se economicamente benéfica: as frotas que visam unidades populacionais exploradas de forma sustentável ao longo de vários anos tendem a melhorar tanto a rendibilidade como os salários. O estudo mostra igualmente que a transição para técnicas de pesca com menor consumo de combustível traz não só benefícios ambientais, mas também diminui os custos e reforça a resiliência socioeconómica.

No entanto, o relatório destaca igualmente vários desafios enfrentados pela frota de pesca da UE, incluindo problemas estruturais como navios envelhecidos e a falta de novos operadores jovens no setor. O número de navios inativos na frota da UE continua a aumentar, representando 25 % do ficheiro da frota da UE, e o desempenho socioeconómico das frotas da pequena pesca costeira está a ficar para trás.

3,3 milhões de toneladas de peixe capturado pela frota da UE em 2023

Em [2023](#), as capturas totais [de peixe da UE](#) foram estimadas em 3,3 milhões de toneladas (t) de peso vivo provenientes das sete zonas marinhas abrangidas pelas estatísticas da UE. Esta situação manteve a tendência decrescente das capturas, uma vez que foram capturadas 4,6 milhões de toneladas em 2018.

A frota de pesca espanhola representou pouco mais de um quinto de todas as capturas da UE em 2023 (21 %; 698 000 t), seguida da Dinamarca (15 %; 495 000 t) e a França (14 %; 470 000 t).

Cerca de 72 % do total das capturas da UE foram efetuadas na região do Atlântico Nordeste. As principais espécies capturadas nesta zona foram o arenque (18 %), o verdinho (16 %), a espadilha (13 %) e a sarda (10 %). Cerca de um quinto do peso vivo total das capturas da UE nesta zona foi capturado pela frota de pesca dinamarquesa (21 %), seguida da frota francesa (15 %) e da frota espanhola (11 %).

Quase 10 % do total das capturas da UE foram efetuadas no Mediterrâneo e no mar Negro, onde as principais espécies capturadas foram a sardinha (19 %) e o biqueirão (18 %). A frota italiana capturou 37 % das capturas da UE nesta zona, seguida da Grécia (20 %), da Croácia (18 %) e da Espanha (17 %).

As capturas na zona do Oceano Índico Ocidental representaram 6 % do total das capturas da UE. A grande maioria (94 %) do peso vivo total capturado pela frota de pesca da UE era atum, em especial gaiado e albacora. Cerca de dois terços das capturas da UE na zona foram efetuadas pela frota espanhola (68 %), sendo a maior parte das restantes efetuadas pela França (30 %).

Outros 6 % do total das capturas da UE foram efetuadas na zona do Atlântico Centro-Este. As principais capturas nesta zona foram o carapau e o gaiado (21 % cada), seguidos do atum-albacora (13 %) e da sarda (11 %). Entre os países da UE, a Espanha (40 %), a França (16 %) e os Países Baixos (11 %) representaram a maior parte das capturas nesta zona.

Apenas 6 % do total das capturas da UE foram efetuadas em 3 zonas marinhas restantes. As principais espécies capturadas nestas zonas foram as seguintes: pescada e lula (área do Atlântico Sudoeste), tintureira, gaiado e albacora (área do Atlântico Sudeste) e cantarilho, alabote e bacalhau (área do Atlântico Noroeste).



Saúde

Relatório da Comissão e da OCDE revela a necessidade de continuar a promover o envelhecimento saudável, combatendo simultaneamente a escassez de mão de obra no setor da saúde

A Comissão e a Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económicos (OCDE) [publicaram](#) o documento [Health at a Glance: Europe 2024 report](#) (não traduzido para português). A edição deste ano destaca a importância da promoção da saúde ao longo da vida e da prevenção de doenças para impulsionar o envelhecimento saudável. Salienta igualmente a necessidade urgente de dar resposta à escassez de mão de obra no setor da saúde em toda a Europa.

O relatório demonstra que, embora a esperança de vida à nascença na Europa tenha recuperado após a pandemia para uma média de 81,5 anos, persiste um fosso de 8 anos entre os países com a esperança de vida mais elevada e a mais baixa. As diferenças de género

nos anos de vida saudável em toda a UE também são sublinhadas, mostrando que, embora as mulheres vivam mais tempo do que os homens, em média, gastam mais 5 anos do que os homens, em média, com problemas de saúde.

O relatório sublinha igualmente a necessidade urgente de tomar medidas para fazer face à escassez de mão de obra no setor da saúde, estimada em 1,2 milhões de médicos, enfermeiros e parteiras em 2022. Com mais de um terço dos médicos e um quarto dos enfermeiros na Europa com mais de 55 anos e que se prevê que se reformem nos próximos anos, é necessária uma ação decisiva para garantir o apoio à mão de obra no setor da saúde na Europa. São necessárias medidas a vários níveis, incluindo um maior investimento, melhores condições de trabalho e mais oportunidades de formação.

Health at a Glance é um relatório semestral que apresenta uma panorâmica e uma análise do estado da saúde e dos sistemas de saúde na UE. Os dados apresentados servem de base à elaboração de políticas baseadas em dados concretos e fornecem exemplos de soluções políticas positivas a nível nacional e da UE.

Relatório da OCDE: Combater o impacto do cancro na saúde, na economia e na sociedade

O cancro causa uma em cada quatro mortes prematuras nos países da OCDE. Prejudica a qualidade de vida das pessoas, a sua capacidade de trabalho e os seus rendimentos. O cancro aumenta as despesas de saúde e prejudica a economia através da redução da participação na força de trabalho e da produtividade. Os custos económicos e sociais do cancro aumentarão à medida que as populações envelhecem e os custos do tratamento do cancro aumentam. Com base em modelos de microsimulação para 51 países (incluindo a OCDE, a União Europeia e os países do G20), este [relatório](#) apresenta recomendações sobre a forma como os países podem combater o impacto do cancro na saúde, na economia e na sociedade.



Tecnologia e Informática

Comissão publica resultados da avaliação das regras de concorrência da UE em matéria de acordos de transferência de tecnologia

A Comissão Europeia publicou um [documento de trabalho dos serviços da Comissão](#) («SWD») que resume as conclusões da sua avaliação do [Regulamento de isenção por categoria no domínio das transferências de tecnologia](#) («TTBER») e as [orientações que o acompanham sobre a aplicação do artigo 101.º do Tratado aos acordos de transferência de tecnologia](#) («orientações»).

O objetivo da avaliação era recolher elementos de prova sobre o funcionamento do TTBER e das orientações que o acompanham, para que a Comissão pudesse determinar se deveria deixar as regras caducar, prolongar a sua vigência ou revê-las. Tendo em conta as conclusões da avaliação, a Comissão irá agora lançar uma avaliação de impacto para examinar as opções políticas para uma revisão das regras.

Em [novembro de 2022](#), a Comissão lançou a revisão do TTBER, que expira em 30 de abril de 2026, e das orientações que o acompanham. Durante a avaliação, a Comissão reuniu elementos de prova para compreender o funcionamento das regras desde a sua adoção em 2014. Estes elementos de prova incluem as reações de uma [consulta pública](#) e de um seminário com as partes interessadas. A Comissão encomendou igualmente um estudo de apoio à avaliação externa. O [relatório final do estudo de apoio](#) e o [resumo do seminário das partes interessadas](#) foram já igualmente publicados.

Pode consultar [aqui](#) as principais conclusões da avaliação.

Comissão realiza inspeções antitrust sem aviso prévio no setor da construção de centros de dados

A Comissão Europeia está a realizar inspeções sem aviso prévio às instalações de empresas ativas no setor da construção de centros de dados. Paralelamente, a Comissão enviou pedidos formais de informação a várias empresas ativas no mesmo setor.

A Comissão receia que as empresas do setor da construção de centros de dados possam ter violado as regras antitrust da UE que proíbem cartéis e práticas comerciais restritivas (artigo 101.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia).

Mais informação [aqui](#).

UE e Singapura reforçam cooperação em matéria de segurança da IA

Os serviços da Comissão e o Ministério do Desenvolvimento Digital e da Informação de Singapura [assinaram](#) um acordo administrativo para assinalar o início da cooperação entre o Gabinete de Inteligência Artificial (IA) da UE e o Instituto de Segurança da IA de Singapura.

Este acordo constitui um importante passo em frente no reforço da sua cooperação na promoção da inovação, do desenvolvimento e da utilização responsável de uma IA segura, fiável e centrada no ser humano.

As duas administrações, parceiros que partilham as mesmas ideias, acordaram em abordar a segurança dos modelos de IA de uso geral através do intercâmbio de informações e das melhores práticas, de ensaios e avaliações conjuntos, do desenvolvimento de ferramentas e parâmetros de referência, de atividades de normalização, bem como de investigação sobre a forma de promover uma IA segura e fiável. Além disso, os dois parceiros acordaram em trocar pontos de vista sobre as tendências e futuros desenvolvimentos tecnológicos no domínio da IA, continuando a ser uma opção outros domínios de colaboração. O acordo administrativo assinado constitui um resultado importante da [parceria digital UE-Singapura](#), assinada em 2023.

Mais no Parlamento Europeu:

Calendário para [2024](#) e [2025](#).



Em aberto



Procura emprego nas Instituições Europeias?

No [EU Careers](#) encontrará informações e sugestões sobre as oportunidades de emprego junto das [instituições europeias](#)! A União Europeia ajuda-o a encontrar emprego no [#EUandMe](#)! Oportunidades: [Agência da União Europeia para a Cibersegurança](#).



Seis Passos para iniciar uma carreira profissional no estrangeiro

O [Portal Europeu da Mobilidade Profissional](#) publicou um artigo onde explica os seis passos para os jovens iniciarem a sua carreira profissional no estrangeiro.



Procura emprego na área de Assuntos Europeus em Bruxelas?

No [Trusted Jobs](#) encontrará oportunidades de emprego na área de assuntos europeus em Bruxelas!



Estágios

[Nesta página dedicada](#) poderá encontrar propostas de estágios nas instituições europeias e órgãos consultivos das instituições.



Procura emprego na Europa?

Procura trabalho no setor público ou privado Europeu e particularmente em Bruxelas? O [EuroBrussels](#) é um dos bons sítios internet para o começar a fazer.



Agência Europeia de Defesa está à procura de estagiários em diversas áreas

A Agência Europeia de Defesa tem abertas candidaturas para estágios em diversas áreas. Informações em detalhe [aqui](#).



Banco Europeu de Investimento: Traineeship & Grad Programmes

O BEI, sediado no Luxemburgo, divulga regularmente vagas na instituição. Pode consultar as vagas e os prazos de candidatura [aqui](#).



Empregos e estágios através do Centro de Informação Europeia Jacques Delors

Verifique [aqui](#) as oportunidades de emprego divulgadas pelo Centro de Informação Europeia Jacques Delors.



Agência Espacial Europeia

Explore as vagas de emprego da ESA. Se é um profissional experiente, um graduado ou um estudante, descubra o impacto que você pode fazer com uma carreira na Agência Espacial Europeia. Use a [ferramenta de procura de vagas](#) da Agência Espacial Europeia. Poderá encontrar mais informações sobre as vagas e os prazos de candidatura [aqui](#).



O Instituto Francês para a Exploração do Mar (IFREMER) tem vagas para os diversos níveis de estudo dos recursos marinhos. Detalhes na [base de dados](#) dedicada deste instituto.



Corpo Europeu de Solidariedade

O [Corpo Europeu de Solidariedade](#) é uma iniciativa da União Europeia dirigida aos jovens, dando-lhes a oportunidade de fazer voluntariado ou de trabalhar em [projetos](#), no próprio país ou no estrangeiro, em benefício de pessoas e comunidades de toda a Europa. Aos 17 anos já te podes inscrever no Corpo Europeu de Solidariedade, mas só podes participar num projeto depois de fazeres 18 anos. A participação nos projetos do Corpo Europeu de Solidariedade está aberta aos jovens até aos 30 anos de idade. Depois de se inscreverem, os participantes no Corpo Europeu de Solidariedade podem ser selecionados e convidados a integrar uma vasta gama de projetos, relacionados, por exemplo, com a prevenção das catástrofes naturais ou a reconstrução na sequência de catástrofes deste tipo, a assistência em centros de requerentes de asilo ou a resposta a outras questões sociais a nível da comunidade. Inscrições [aqui](#).



Açorianos no Mundo

“Açorianos no Mundo” é uma plataforma *online*, que vai permitir a todos os açorianos por nascimento, ascendência, afinidade (casamento/união de facto), que tenham residido nos Açores por um período mínimo de cinco anos, e que se encontram a residir fora da Região Autónoma dos Açores, uma maior proximidade com o arquipélago e, conseqüentemente, uma efetiva participação no futuro dos Açores, através da adesão ao processo eleitoral para a escolha dos representantes das suas comunidades, que, posteriormente, integrarão o Conselho da Diáspora Açoriana (CDA). Registe-se [aqui](#).



Produtos alimentares Açorianos em Bruxelas

Pode encontrar produtos alimentares açorianos em Bruxelas, nas seguintes lojas: [Casa Portuguesa](#), [Lusoloja](#), [SolAr](#) e [Delicias de Portugal](#).



Viver em Bruxelas

Ligações formais e não formais, mas utilizadas por quem procura casa temporária em Bruxelas: [Bxl à Louer - de bouche à oreille \(II\)](#), [BRUXELLES: Location appartement, Colocation, Sous-location chambre à louer](#), [Colocation Bruxelles](#), [Immoweb](#), e [Logic-immo](#). E muito mais: [Xpatris](#).

O Gabinete dos Açores em Bruxelas tem soluções para a realização de reuniões, acompanhamento temático, interpretação, alojamento e muito mais. [Contacte-nos!](#)



O que é o AZ@BXL?

O AZ@BXL é um boletim informativo constituído por uma seleção de notícias compiladas a partir de Bruxelas e consideradas relevantes no contexto da Região Autónoma dos Açores. É também noticiada a atividade do Gabinete dos Açores em Bruxelas. A prospeção, seleção, adaptação e apresentação das notícias é da responsabilidade do Gabinete dos Açores em Bruxelas. O boletim está redigido em português, no entanto, as notícias apontadas estão redigidas no idioma original, o que inclui também o inglês, o francês e o castelhano. As imagens utilizadas pertencem ao domínio público, ao Gabinete dos Açores em Bruxelas, ao SIARAM ou constam das notícias apontadas. Este boletim não tem periodicidade fixa, sendo preferencialmente distribuído às sextas-feiras. **Legenda: Título da notícia a vermelho**, nova notícia; Notícia já exposta no número anterior, **título da notícia a verde**; A notícia herdada do número anterior, mas com alterações, **título da notícia em cor-de-laranja**. Este boletim informativo está otimizado para sistemas Microsoft.

Legenda:



Lista de Siglas, Acrónimos e Abreviaturas:

| AECT – [Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial](#) | AESA – [Agência da UE para a Segurança Aérea](#) | BCE – [Banco Central Europeu](#) | BEI – [Banco Europeu de Investimento](#) | CE – [Comissão Europeia](#) | CEO – [Chief Executive Officer](#) | CESE – [Comité Económico e Social Europeu](#) | CoR- [Comité das Regiões](#) | CPLP – [Comunidade dos Países de Língua Portuguesa](#) | CRPM – [Conferência das Regiões Periféricas Marítimas](#) | EBA – [Autoridade Bancária Europeia](#) | EBCD – [European Bureau for Conservation and Development](#) | EEE – [Espaço Económico Europeu](#) | EIT - [Instituto Europeu de Inovação e Tecnologia](#) | EMA – [Agência Médica Europeia](#) | EMB – [European Marine Board](#) | EMSA – [Agência Europeia de Segurança Marítima](#) | ERC – [Conselho Europeu de Investigação](#) | ESA – [Agência Espacial Europeia](#) | EUA – [Estados Unidos da América do Norte](#) | FEADER – [Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural](#) | FEAGA – [Fundo Europeu Agrícola de Garantia](#) | FEI – [Fundo Europeu de Investimento](#) | FEIE – [Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos](#) | GEE – [Gases com Efeito de Estufa](#) | GPS – [Sistema de Posicionamento Global dos EUA](#) | IA – [Inteligência Artificial](#) | ICCAT – [Comissão Internacional para a Conservação do Atum do Atlântico](#) | IMO – [Organização Marítima Internacional](#) | JRC – [Centro de Pesquisa Conjunto da CE](#) | OCM – [Organização Comum dos Mercados Agrícolas](#) | ODS – [Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável da ONU](#) | OMC – [Organização Mundial do Comércio](#) | OMS – [Organização Mundial de Saúde](#) | ONU – [Organização das Nações Unidas](#) | PAC – [Política Agrícola Comum da UE](#) | PE – [Parlamento Europeu](#) | PES – [Partido Socialista Europeu](#) | PME – [Pequenas e médias empresas](#) | PPE – [Partido Popular Europeu](#) e [PPE no PE](#) | Q&A – Perguntas e Respostas | QFP – [Quadro Financeiro Plurianual da EU](#) | RIS – [Regional Innovation Scoreboard](#) | RUP – [Regiões Ultraperiféricas da União Europeia](#), de acordo com o artigo 349 do TFUE | S&D – [Aliança Progressiva dos Socialistas e Democratas](#) (inclui o PES no PE) | UE – [União Europeia](#) | TCE – [Tribunal de Contas Europeu](#) | TFUE – [Tratado sobre o Funcionamento da UE](#) | TJUE – [Tribunal de Justiça da UE](#) |

Autoria:

Estrutura de Missão para a Instalação do Gabinete da Região Autónoma dos Açores em Bruxelas

Aceitam-se [sugestões!](#)



[Quero receber este boletim \(envie-nos o seu email\)](#) – [Quero deixar de receber este boletim](#)

Conheça a nossa **Política de Privacidade** – [PT](#) e [EN](#)

Consulte os [números anteriores](#)

Saiba mais sobre o [Gabinete dos Açores em Bruxelas](#)

gabinetebruxelas@azores.gov.pt | [@AzoresEUoffice](#) | [Google Maps](#)

Não imprima esta newsletter. O Ambiente agradece!